

## ESTADOS UNIDOS

## Derrota judicial para Trump

Juiz federal bloqueia ordem presidencial para pôr fim ao direito à cidadania por nascimento. Medida de alcance nacional ocorre dias depois da Suprema Corte restringir poder de magistrados de tribunais inferiores de emitir liminares

» RODRIGO CRAVEIRO

Em um revés para os planos do presidente Donald Trump de endurecer a política migratória, um juiz de New Hampshire emitiu uma decisão que bloqueia a ordem executiva assinada pelo presidente para pôr fim à concessão de cidadanias por nascimento. O magistrado federal Joseph Laplante, de New Hampshire (nordeste), acatou uma ação coletiva e estendeu o seu alcance a qualquer bebê cuja cidadania seja ameaçada pelo decreto de Trump. Um dos demandantes da ação é um brasileiro que vive com a esposa norte-americana na Flórida desde 2020. O primeiro filho do casal nasceu há quatro meses. “Meu bebê tem o direito à cidadania e a um futuro nos Estados Unidos”, escreveu na ação. O brasileiro e a esposa entraram com uma solicitação de status legal permanente, com base em laços familiares.

Na decisão, Laplante afirma que “o tribunal concede o pedido dos demandantes para a certificação provisória de ação coletiva”, visto que cumpre “os requisitos”. O bloqueio da ordem executiva de Trump terá aplicação aos bebês nascidos a partir de 20 de fevereiro de 2025. As condições são que as mães estejam no país em situação irregular, porém, com visto temporário; e que os pais não sejam americanos nem residentes permanentes nos EUA. O juiz federal, nomeado pelo ex-presidente republicano George W. Bush, ressaltou que seu veredito se insere em uma “liminar preliminar” e deu sete dias para a Casa Branca apelar.

“A privação da cidadania americana e uma mudança abrupta de política que vinha de longa data... isso é um dano irreparável”, advertiu o magistrado. Ele acrescentou que a cidadania americana “é o maior privilégio que existe no mundo”. Especialistas alertam que a ordem executiva de Trump contra o direito à cidadania por nascimento viola a **14ª Emenda à Constituição** dos Estados Unidos.

A medida tomada por Laplante foi anunciada 12 dias depois de a Suprema



Imigrante cubana gestante e o namorado esperam por asilo em El Paso (Texas), na fronteira dos EUA com o México, em foto de arquivo

## Proteção aos cidadãos

A 14ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos, conhecida como Emenda da Reconstrução, afirma que “todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos EUA, e sujeitas à jurisdição, são cidadãs dos Estados Unidos e do Estado onde residirem”. De acordo com o mesmo texto, “nenhum Estado poderá fazer ou aplicar qualquer lei que restrinja os privilégios ou imunidades dos cidadãos dos EUA; nem qualquer Estado poderá privar qualquer pessoa da vida, da liberdade ou da propriedade, sem o devido processo legal; nem negar a qualquer pessoa sob sua jurisdição a igual proteção das leis”.

Corte dos Estados Unidos restringir a capacidade dos magistrados federais de bloquearem decretos presidenciais considerados questionáveis do ponto

de vista legal. No entanto, os juízes federais terão a faculdade de aceitar ações judiciais coletivas, como ocorreu em New Hampshire, neste caso.

Professor de direito da Universidade George Mason (em Arlington, Virgínia), Ilya Somin afirmou ao **Correio** que Laplante tomou a decisão correta. “Se ela não for anulada por tribunais superiores, bloqueará, efetivamente, a ordem inconstitucional de Trump”, avaliou. “É um revés para Trump, mas não sei até que ponto isso poderá prejudicá-lo politicamente. Teremos que ver.”

Somin admitiu que a Suprema Corte tem o poder de reverter a decisão do juiz. “No entanto, isso dependerá da visão dela sobre os critérios para a certificação de ações coletivas. Além disso, não sei se esse aspecto do caso

chegará à Suprema Corte. Ela pode, simplesmente, deixar que os tribunais inferiores o decidam.”

Cody Wofsy — advogado dos demandantes e diretor da União Americana pelas Liberdades Cívicas (ACLU, pela sigla em inglês) — classificou a decisão de Laplante de “uma grande vitória”. “Ela ajudará a proteger a cidadania de todas as crianças nascidas nos Estados Unidos, conforme previsto na Constituição”, disse, por meio de um comunicado. Até o fechamento desta edição, nem o presidente Trump nem a Suprema Corte tinham se pronunciado sobre o bloqueio da ordem executiva que extinguiria a cidadania por nascimento.

## Eu acho...

Arquivo pessoal



“O decreto contra a cidadania por nascimento é inconstitucional. A 14ª Emenda da Constituição garante a cidadania a qualquer pessoa nascida nos EUA e sujeita à sua jurisdição. Os filhos de imigrações não documentadas e as pessoas com vistos temporários — grupos abrangidos pela ordem executiva de Trump — claramente se qualificam à cidadania.”

Ilya Somin, professor de direito da Universidade George Mason (em Arlington, Virgínia)

## Demissões

Depois de a Suprema Corte ter dado sinal verde para as agências federais do governo Trump levarem adiante seus planos de reestruturação, o Departamento de Estado americano anunciou que pretende demitir pelo menos 15% de seu quadro de funcionários. De acordo com o jornal *The Guardian*, os desligamentos afetariam pelo menos 1.800 pessoas. A expectativa é de que a sede da diplomacia dos Estados Unidos também realize a fusão ou extinção completa de centenas de departamentos. Os cortes planejados pelo chamado Departamento de Eficiência Governamental (DOGE) preocupam especialistas, que temem uma piora nos serviços prestados ao cidadão americano.

## Críticas à gestão da tragédia no Texas

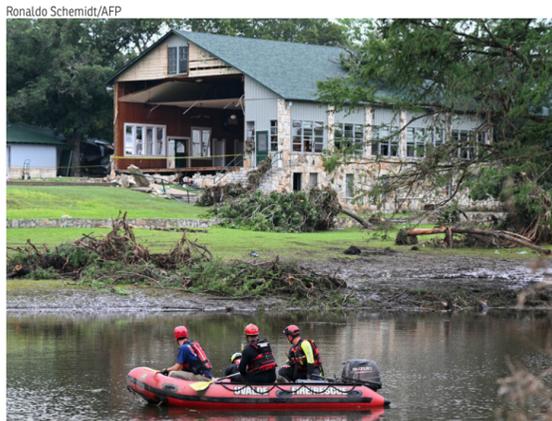
Quase uma semana depois das repentinas inundações que deixaram pelo menos 120 mortos no Texas, as autoridades estaduais sofrem duras críticas pela forma como gerenciaram a crise e o funcionamento do sistema de alertas. As chuvas torrenciais devastaram, em particular, a região central de Hill Country, incluindo acampamentos de verão para crianças e adolescentes.

Centenas de trabalhadores do condado de Kerr e outras localidades no centro do Texas continuam procurando por pessoas sob os escombros, embora ainda não tenham encontrado sobreviventes esta semana, e em meio à preocupação pelos 173 que permanecem

desaparecidos — o que pode elevar o número de mortos a quase 300.

Ontem, véspera da visita do presidente Donald Trump e sua esposa, Melania, ao estado, surgiram novos questionamentos sobre os primeiros alertas de emergência aos moradores das áreas atingidas. A emissora ABC News informou que um bombeiro de Ingram, a montante de Kerrville, acionou o Gabinete do Xerife do condado de Kerr às 4h22 (pelo horário local) de 4 de julho para que alertasse os moradores da vizinha Hunt sobre a inundação iminente.

A emissora indicou que sua afiliada KSAT obteve acesso ao áudio da chamada e que o



Socorristas vasculham o Rio Guadalupe, em frente ao Camp Mystic

primeiro alerta chegou ao sistema CodeRed de Kerr apenas uma hora e meia depois. Em alguns casos, observou, as mensagens de alerta somente alcançaram os destinatários depois das 10h da manhã, quando centenas de pessoas haviam sido arrastadas pela força das águas.

## Pressão

Jornalistas pressionam as autoridades locais para descobrir se os drásticos cortes de financiamento do governo Trump enfraqueceram os sistemas de alerta e por que tantas pessoas não receberam avisos a tempo. “Haverá uma revisão”, prometeu o

xerife de Kerr, Larry Leitha, que não quis detalhar sobre possíveis atrasos no sistema de alerta.

A cheia do Rio Guadalupe foi particularmente devastadora para os acampamentos de verão, incluindo o Camp Mystic, onde 27 meninas e guias morreram, levados pela enchente. Outras cinco pessoas que acampavam no local e uma guia ainda estão desaparecidas.

O governador do Texas, Gregg Abbott, agendou uma sessão especial da legislatura para 21 de julho, segunda-feira. De acordo com a emissora ABC, um dos tópicos de discussão será o aprimoramento dos sistemas de alerta diante de fenômenos meteorológicos.

## ORIENTE MÉDIO

## Netanyahu defende trégua permanente em Gaza

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, afirmou estar disposto a negociar um cessar-fogo permanente na Faixa de Gaza durante uma trégua de 60 dias, mas apenas se o território palestino for desmilitarizado. Delegações de Israel e do Hamas iniciaram no domingo diálogos indiretos em Doha para tentar chegar a um acordo sobre um cessar-fogo temporário na guerra em Gaza, deflagrada pelo ataque do grupo islamista palestino em Israel em 7 de outubro de 2023.

O enviado dos Estados Unidos para o Oriente Médio, Steve Witkoff, propôs um cessar-fogo de 60

dias em troca da libertação de metade dos 20 reféns vivos que ainda permanecem em Gaza, disse Netanyahu. “No início desse cessar-fogo, iniciaremos negociações para pôr fim à guerra de forma permanente”, declarou o premiê, em mensagem de vídeo gravada em Washington.

Netanyahu destacou que as “condições fundamentais” de Israel são que “o Hamas depusesse as armas” e deixasse de ter “capacidade de governo ou militar”. “Se isso puder ser alcançado por meio de negociações, excelente. Se não for possível alcançar por meio de negociações dentro de 60 dias, conseguiremos por outros meios,

Omar Al-Qattaa/AFP



Palestina segura o corpo de um familiar envolto em mortalha: horror

utilizando a força, a força do nosso heroico exército”, afirmou.

## Presença militar

O Hamas alertou que não pode prosseguir com uma presença militar significativa em Gaza, onde mais 52 pessoas morreram em bombardeios israelenses, segundo a Defesa Civil local. Entre os mortos ontem, estão oito crianças de 2 a 14 anos que aguardavam na fila, com as mães, para receberem fórmulas nutricionais. Um dos líderes do comitê político do Hamas, Basem Naim, disse à agência

France-Presse que sua organização está comprometida com as negociações para encerrar a guerra “o mais rápido possível”.

No entanto, ele insistiu que as tropas israelenses posicionadas em Gaza devem recuar. “Não podemos aceitar a perpetuação da ocupação de nossas terras, nem a rendição de nosso povo em enclaves isolados sob o controle do exército de ocupação israelense”, declarou Naim. Ele disse, ainda, que o grupo se opõe ao controle israelense da cidade de Rafah, na fronteira com o Egito, e do corredor de segurança de Morag, que separa a cidade da vizinha Khan Yunis, no sul do território.